

ANEXO III



Carimbo da Escola

DECLARAÇÃO

Eu, _____, cargo _____, da
Escola _____, localizada na
Rua/Avenida

_____, nº _____, bairro _____

_____, cidade _____, estado _____, declaro para os

devidos fins que o(a)

aluno(a) _____,

CPF _____, obteve notas conforme quadro abaixo:

Disciplinas	Média final do 8° ano (antiga 7ª série)
Língua Portuguesa (Português)	
Matemática	

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura e carimbo

– MODELO DE COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE PÚBLICA

- A declaração deverá ser em papel timbrado com dados completos da Escola.

DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE EM ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

(papel timbrado)

Nome da escola de Ensino Fundamental: _____

Declaramos, para fins de matrícula no Colégio Técnico de Campinas, que o aluno

_____ concluiu, com aprovação, os quatro últimos anos (ou séries) do Ensino Fundamental II apenas em escolas da rede pública brasileira de ensino (municipal, estadual ou federal), nomeadas abaixo:

6º ano (5ª série): _____ no anoletivo de _____

7º ano (6ª série): _____ no anoletivo de _____

8º ano (7ª série): _____ no anoletivo de _____

9º ano (8ª série): _____ no anoletivo de _____

Local e Data

Assinatura com carimbo

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ETNIA

DECLARAÇÃO

Eu, _____, abaixo assinado, de nacionalidade _____, nascido(a) em _____, no município de _____, Estado _____, filho(a) de _____ e de _____, estado civil _____, residente e domiciliado(a) na _____, CEP _____, portador(a) da cédula de identidade (RG) nº _____, declaro, sob as penas da lei, que sou _____ [preto(a), pardo(a) ou indígena] e estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito(a) às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

Local e Data

Assinatura do(a) candidato(a)

Assinatura do pai ou responsável no caso do candidato(a) menor de idade

***O Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade Ideológica**

Art.299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.